

TERMO DE REFERÊNCIA

PAE nº 2025/3362622

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Lote*	Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial, a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários, de acordo com a necessidade do Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS.	Mensal	12	Valor sigiloso*	

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*
<p><i>O agrupamento dos postos de vigilância diurna e noturna em lote único justifica-se por razões técnicas, operacionais e econômicas, mostrando-se a solução mais adequada ao interesse público. O serviço de vigilância patrimonial possui natureza contínua e integrada, exigindo padronização de procedimentos, rotinas operacionais, comunicação e comando, o que é melhor assegurado quando a execução ocorre por uma única empresa, evitando descontinuidade, sobreposição de responsabilidades ou falhas na cobertura entre os turnos.</i></p> <p><i>Além disso, a contratação unificada facilita a gestão e a fiscalização contratual, permitindo maior controle sobre escalas, substituições, cumprimento das obrigações trabalhistas e apuração de eventuais responsabilidades, reduzindo riscos administrativos e operacionais. Do ponto de vista econômico, o lote único possibilita a obtenção de economia de escala, uma vez que custos fixos relacionados à supervisão, administração, treinamentos, uniformes e logística podem ser diluídos, refletindo em maior competitividade e melhores preços para a Administração.</i></p> <p><i>Ressalta-se, ainda, que a divisão dos turnos entre empresas distintas pode gerar dificuldades na coordenação operacional, especialmente nos períodos de transição entre o serviço diurno e noturno, aumentando o risco de falhas na vigilância e de conflitos quanto à responsabilidade por ocorrências. Por fim, o agrupamento não compromete a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de empresas com capacidade técnica e operacional para executar simultaneamente postos de vigilância diurnos e noturnos, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.</i></p>

* A contratação por lote *sempre* deve ser justificada no campo acima. Se a licitação for apenas por item, a coluna e o campo devem ser excluídos.

** O valor estimado está previsto no estudo técnico preliminar, mas ele pode ser *sigiloso*. Caso seja *sigiloso*, no campo “O orçamento estimado é sigiloso?” deverá ser preenchida a justificativa.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<i>A contratação dos serviços de vigilância diurna e noturna justifica-se pela necessidade de garantir a segurança patrimonial, a integridade física de servidores, usuários e visitantes, bem como a proteção de bens, documentos e instalações públicas, de forma contínua e ininterrupta, prevenindo riscos de furtos, depredações, invasões e outras ocorrências que possam comprometer o regular funcionamento das atividades institucionais e a continuidade dos serviços públicos prestados pela Administração.</i>
NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO	
NATUREZA	Serviço comum de natureza continuada.
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados durante toda a vigência contratual. <input type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão Eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: <input type="checkbox"/> Não.

CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	<p>A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado*.</p> <p>* Se o orçamento estimado for <i>sigiloso</i>, o licitante não saberá os valores unitários e global máximos, razão pela qual o critério de aceitabilidade do preço também será considerado “<i>sigiloso</i>” para todos os fins.</p>	
HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?	<div> <input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens: <i>(Indicar os itens)</i>. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Não. </div>	
REQUISITOS DA CONTRATADA		
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Qual? </div>	<p><i>Será exigida comprovação de aptidão técnica, mediante apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que demonstrem que a licitante já executou ou executa, de forma satisfatória, serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, com características semelhantes ao objeto desta contratação.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>O atestado deverá conter, no mínimo a descrição dos serviços prestados (vigilantes armados e/ou desarmados), indicação clara da quantidade de postos ou profissionais alocados, local e período de execução dos serviços, identificação da contratante emitente (com nome, CNPJ, assinatura e contato para verificação, se necessário) e declaração de que os serviços foram prestados com qualidade satisfatória.</i> <i>Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, de acordo com o disposto no Art. 67, § 5º da Lei 14.133/2021 com prestação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados no LOTE em que concorre, anterior na execução de serviços semelhantes aos que serão contratados, com a apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que confirmem a execução de serviços com qualidade, prazos e eficiência.</i> <i>Comprovação de que a empresa possui a estrutura necessária (equipamentos, pessoal capacitado, logística) para a execução dos serviços de forma contínua e com dedicação exclusiva de mão de obra. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa</i>

	<p><i>situaçãoequivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação nos termos da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME n° 98/2022.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• O licitante disponibilizará todas informações necessárias à comprovação as da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.</i> <i>• Autorização ou revisão de funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, nos termos da Portaria DPF Nº 18.045, de 17/04/2023, das Leis Federais nº 14.967/2024 e Decreto nº 89.056, de 24/11/83, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10/08/95 e alterações posteriores;</i> <i>• Certificado de Segurança, expedido pelo Departamento de Policia Federal, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, ou outras em sua substituição;</i> <i>• Autorização para compra de arma de fogo (revólver calibre 38) e Munições, e Porte para uso dos vigilantes, expedida pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, em quantidade compatível a 50% (cinquenta por cento) do objeto da contratação;</i> <i>• Autorização para compra de armas não letais, e porte, para uso dos vigilantes, expedida pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, do Ministério da Justiça em quantidade equivalente e compatível a 50% (cinquenta por cento) do total de postos nessa condição;</i> <i>• Autorização para aquisição de coletes balísticos, expedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme disposto na Portaria DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, em número suficiente para atender a demanda contratual;</i> <i>• Declaração fornecida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, do Estado do Pará, nos termos do Art.40 §1º da Lei Federal nº 14.967/2024, juntamente com a Certidão de Cumprimento de Comunicação emitida pela Polícia Civil do Estado do Pará – DPA-SAME, de acordo a Lei Federal nº 14.967/2024 e Decreto nº 89.056/83 em seu art. 38;</i> <i>• Apresentar Autorização de funcionamento de Estações Portáteis de Sistema de Rádio de Comunicação,</i>
--	--

	<p><i>emitida pela ANATEL, conforme Portaria nº 3233/MJ-DPF/2012 alterada pela Portaria nº 18045/MJ-DPF/2023, válida, bem como o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização do respectivo exercício.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>A fim de garantir a segurança na contratação, a Administração poderá solicitar a comprovação dos custos dos insumos (materiais, equipamentos, EPI's, etc.), por meio da apresentação de NF's de compra ou orçamentos atualizados à menos de 03 (três) meses da licitação. Verificada a disparidade entre o valor informado e o orçado, a licitante será inabilitada.</i> <p><i>Averiguação da expertise da empresa a ser contratado. Relativo grau de segurança da Administração quanto ao atingimento dos seus objetivos.</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.</p> <p>Justificativa: <i>Garantir que a empresa contratada tenha pleno entendimento das condições, exigências e obrigações contratuais</i></p> <p><i>Exige-se o registro da empresa e dos profissionais responsáveis no Departamento de Polícia Federal - DPF, conforme estabelecido pela Lei nº 14.967/2024 e regulamentações correlatas, que tratam da segurança privada no Brasil.</i></p> <p><i>Este registro comprova que a empresa está autorizada a atuar legalmente na atividade de vigilância patrimonial armada e desarmada.</i></p> <p><i>A indicação de pessoal técnico e a comprovação de qualificação dos membros da equipe responsável pela execução do contrato são necessárias para assegurar que os serviços sejam realizados por profissionais especializados e capacitados. Além disso, a empresa contratada deve apresentar as instalações e equipamentos necessários para a execução adequada</i></p>

	<p>dos serviços, garantindo que disponha de recursos suficientes e adequados para atender às exigências do IGEPPS.</p> <p><input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.</p> <p>Justificativa: <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional.</p> <p>Justificativa: <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial.</p> <p>Especificar: <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i></p> <p>Justificativa: <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.</p>
<p>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Especificar: <i>A Contratada deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do MPOG, dentre outras legislações afins, naquilo que for aplicável ao objeto da contratação, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Especificar: <i>Vide documento “análise de riscos”.</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p>FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</p>	
	<p><input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.</p>

<p>COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.</p>
<p>LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</p>	<p>O serviço deve ser prestado na sede do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado Pará – IGEPPS, bem como nas unidades centralizadas.</p>
<p>MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</p>	<p>DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:</p> <p>O CONTRATANTE tem a obrigação de:</p> <ol style="list-style-type: none"> Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste. <p>O CONTRATADO tem a obrigação de:</p> <ol style="list-style-type: none"> Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até 25% do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.

	<p>d. Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.</p> <p>e. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.</p> <p>f. Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.</p> <p>g. Quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social. 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União. 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO. 4. Certidão de Regularidade do FGTS. 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato. <p>h. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.</p> <p>i. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.</p> <p>j. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.</p> <p>k. Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.</p> <p>l. Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.</p>
--	---

- m. Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- n. Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- o. Não permitir:
1. o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
 1. a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- p. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- q. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- r. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- s. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.
- t. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

DA FISCALIZAÇÃO:

- O cumprimento do contrato poderá ser fiscalizado pelo servidor Diego da Silva Costa, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.
- O objeto deste contrato será aferido em período oportuno, conforme prazo de pagamento, devendo ser verificados aqueles serviços prestados que estão de acordo com as especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de referência, que serão os documentos utilizados como base para a aceitação por parte do fiscal.
- Cabe ao fiscal de contrato, em etapa anterior ao pagamento, a verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado, durante todo o seu período de execução. Salvo por

	<p>motivos tecnicamente justificados ou pela característica do objeto, o serviço será recebido da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provisoriamente – no ato da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; • Definitivamente – após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação provisória. <p>- Serão rejeitados, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem as especificações técnicas ou qualidades exigidas, cabendo ao fiscal o pedido de substituição em prazo estipulado por este, a realização glosas, bem como solicitação de abertura de processo sancionatório à autoridade competente.</p> <p>- As comunicações oficiais serão realizadas exclusivamente através dos e-mails registrados no termo contratual.</p> <p>DA RESPONSABILIDADE POR DANOS:</p> <p>- A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.</p> <p>- A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.</p> <p>- O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qual-quer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.</p>
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	12 (doze) meses.
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.
FORMA DE PAGAMENTO	Meio Ordem bancária.
	Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

	<p>A regularidade fiscal pode ser provada:</p> <p>Prova da regularidade fiscal</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
<p>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.</p> <p><input type="checkbox"/> Não há.</p> <p>Justificativa: <i>(O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</i></p> <p>Justificativa: <i>(A não exigência de garantia deve ser justificada).</i></p>
<p>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</p>	
<p>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</p>	<p>Os recursos orçamentários à realização da contratação ocorrerão a conta de dotações orçamentárias a serem compromissadas pelo setor responsável em momento futuro, prévio a contratação.</p>

Cidade (PA), 6 de março de 2026.

Alexandre de Almeida Corrêa

Coord. de Administração e Serviços – COAS/IGEPPS

